

Lucena manda apurar quem vazou informações do FGTS

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), disse ontem que vai determinar uma apuração rigorosa para saber quem são os responsáveis pelo encaminhamento a construtora Norberto Odebrecht de informações sigilosas da CPI do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), que concluiu os seus trabalhos em outubro de 1992. Ele recebeu ontem, em seu gabinete, o deputado Robson Tuma (PL-SP), que lhe relatou o assunto. Lucena destacou, durante o encontro, que as providências serão tomadas tão logo ele receba ofício do presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), pedindo oficialmente providências.

Robson Tuma explicou, à saída do gabinete do presidente do Senado, que o relatório final da CPI do FGTS foi flagrantemente alterado pela própria direção da Norberto Odebrecht, que o recebeu na íntegra, em primeiríssima mão, dez minutos após ser concluído pelo relator, antes mesmo que a presidência da CPI tivesse acesso ao documento. O relatório foi então alterado por funcionários da construtora e em seguida devolvido à CPI, verificando-se que o relatório final respeitou os cortes feitos pela Odebrecht. A trama toda foi descoberta pela Polícia Federal, após diligência que fez à casa de um dos diretores da Norberto Odebrecht, Airton Reis, onde foram apreendidos vários documentos, cujas cópias foram depois encaminhadas à CPI do Orçamento.

Após o encontro com Robson Tuma, o senador Humberto Lucena disse que tão logo receba o ofício do senador Passarinho, vai despachar com a diretora da Secretaria Administrativa do Senado, Paula Canto de Miranda, a fim de que ela designe uma comissão de sindicância para apurar, com todo o rigor, o que ocorreu realmente no caso da CPI do FGTS.

"Acho que a denúncia é grave, porque envolve contatos evidentes que teriam ocorrido entre funcionários que atuaram na CPI do FGTS e a construtora Norberto Odebrecht", disse o presidente do Senado. Ele explicou, ainda, que a apuração das irregularidades vai começar pelos funcionários, mas que, se estes responsabilizarem algum parlamentar pelo envio de documentos reservados da CPI para a construtora, neste caso a mesa do Senado designará uma comissão de senadores para apurar a eventual responsabilidade de parlamentares. Tudo será rigorosamente apurado, segundo Humberto Lucena.

O deputado Robson Tuma esclareceu ainda, que, após as conclusões da comissão de sindicância, serão instalados, provavelmente, a depender dessas conclusões, processos administrativos que podem resultar na exoneração dos funcionários envolvidos. Em seguida, explicou, serão abertos processos criminais não só contra eventuais funcionários envolvidos, como também contra os lobistas da Odebrecht que tiveram acesso à CPI.